

Lei salarial, por enquanto, não muda

BRASÍLIA (O GLOBO) — O ministro do Planejamento, Delfim Netto, disse ontem que o Governo não está estudando mudanças na Lei de Política Salarial, mas admitiu que “em algum momento” será necessário adotar medidas “de caráter geral para se fazer a inflação baixar mais depressa”.

Para o Ministro, ninguém discorda de “um fato elementar”: o salário real não pode crescer muito mais do que a taxa de produtividade.

— As sugestões que eu vejo por aí são fórmulas para manter o salário real, o que é perfeitamente aceitável e não prejudica ninguém — disse.

Depois de afirmar que não há nenhuma ligação entre as “medidas de caráter geral para baixar a inflação” e as eleições, o ministro reclamou que está faltando lógica nas análises atualmente feitas no País.

— O Governo vai ganhar as eleições em alguns estados e vai perder em outros. Isso significa que nos Estados onde ele ganhar não haverá inflação? Ou nos que ele perder, haverá? — perguntou, comentando em seguida, que o Brasil precisa urgentemente “fazer um acordo com Aristóteles”.

OUTRA FÓRMULA

O presidente da Confederação Nacional do Comércio, Antônio de Oliveira Santos, informou ontem que a categoria sugeriu ao Governo modificações na Lei de Política Salarial. A proposta, basicamente, elimina a concessão dos dez por cento acima do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) nos reajustes de quem recebe até três salários-mínimos. Em troca, mantém o salário real nos reajustes de quem ganha até cinco mínimos, corrigindo-os pelo INPC.

Segundo explicou Oliveira Santos, quem ganhasse acima de cinco mínimos teria um reajuste compulsório cada vez que a variação do INPC atingisse a 35 por cento, mais o índice de produtividade. Para o presidente do CNC, como é difícil calcular produtividade, o Governo poderia arbitrá-la em 50 por cento da taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB).

— O Ministro Delfim Netto, disse ontem que unificar os orçamentos Fiscal, Monetário e o das Estatais não vai fazer com que o déficit do setor público — hoje estimado em 5,6 por cento do Produto Interno Bruto — desapareça. A observação de Delfim é a propósito da sugestão do ex-ministro do Planejamento, Mário Henrique Simonsen, que voltou a insistir na necessidade da unicidade orçamentária.